

12 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

STF manda, e União volta a publicar salários na internet

Presidente do tribunal diz que informação sobre os servidores é de interesse coletivo

Em obediência a uma decisão do Supremo Tribunal Federal, a União voltou ontem a publicar na internet, de forma individualizada, os salários dos servidores federais.

Na terça à noite, o presidente do Supremo, Carlos Ayres Britto, suspendeu uma liminar da Justiça Federal do Distrito Federal que impedia novas divulgações e mandava retirar do ar o que já havia sido publicado sobre os funcionários dos três Poderes.

Desde o fim de junho estavam disponíveis os salários dos servidores do Executivo.

No último dia 2 de julho, o TST (Tribunal Superior do Trabalho) fez o mesmo. No dia 4, foi a vez do Supremo.

Todas essas informações haviam saído do ar na semana passada, porque, segundo o juiz da 22ª Vara Federal do Distrito Federal, a divulgação feria o direito à privacidade dos servidores. A decisão da primeira instância foi ratificada pelo Tribunal Regional Federal.

“A remuneração dos agentes públicos constitui informação de interesse coletivo ou geral”, afirmou Ayres Britto. Ele atendeu a um pedido da AGU (Advocacia-Geral da União), que argumentava que a suspensão da publicação contrariava a Constituição e a Lei de Acesso à Informação.

12 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

Justiça capixaba mandou site retirar textos do ar

Juíza determinou que jornal 'limite-se a narrar os fatos' e evite 'adjetivações'

A Justiça do Espírito Santo mandou um site de notícias retirar reportagens do ar e fez recomendações sobre o conteúdo da publicação.

Em decisão liminar do último dia 28, a juíza Ana Cláudia Soares, da 6ª Vara Cível de Vitória, ordenou ao jornal eletrônico "Século Diário" a exclusão de três reportagens e dois editoriais considerados "sensacionalistas" e "desrespeitosos" pelo promotor Marcelo Zenkner, autor da ação por danos morais.

"A liberdade de imprensa não é absoluta, pois pode colidir com os direitos fundamentais da personalidade", afirmou a juíza na decisão.

A liminar também determinou que o jornal obedeça recomendações do promotor, como evitar "adjetivações pejorativas", "limitar-se a narrar fatos" e "proceder com imparcialidade".

Publicados entre maio de 2010 e março de 2012, os textos excluídos citavam supostas irregularidades em processos acompanhados pelo promotor e criticavam o benefício do Ministério Público recebido por ele para realizar um doutorado em Portugal.

Para Zenkner, os textos faziam ataques pessoais. A direção do site disse que irá recorrer alegando que se trata de "censura prévia velada".

12 JUL 2012
FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

BIÓGRAFO MUY AMIGO

O ministro Gilmar Mendes, do STF, procurou a Wikipédia para reclamar da edição de seu perfil. Chamou a atenção de Mendes “ataques” postados pela mesma pessoa: Chico Venâncio, recém-formado em relações internacionais pela Universidade de Brasília. “Deve ser profissional do petismo”, diz Mendes. Ele estuda que providências tomar, já que editor da Wikipédia não tem personalidade jurídica.

CURRÍCULO

Francisco Carvalho Venâncio, 23, tem status de eliminador, colaborador que pode apagar conteúdo inadequado. Ele explica que se baseia em fontes, como a “Carta Capital”. “Não posso sumir com informações publicadas e que não foram desmentidas”, justifica-se. Diz não ser filiado ao PT. Mendes estranha que só fatos positivos sejam apagados.

ENCICLOPÉDIA ON-LINE

A Wikipédia conta com cerca de 1.500 editores ativos em português. Além deles, há os eliminadores e um conselho de arbitragem analisa conflitos entre usuários.

12 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

Justiça mantém a distribuição de sacolinhas

DE SÃO PAULO - O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a distribuição gratuita das sacolas plásticas no Estado.

A desembargadora Berenice Marcondes Cesar negou anteontem pedido de cassação da liminar que determinou a retomada do fornecimento. A solicitação foi feita pelo Carrefour.

O caso segue para o julgamento do mérito, que deve ocorrer em 30 dias.

Marli Aparecida Sampaio, presidente da Associação Civil SOS Consumidor, diz que prevaleceu o princípio da segurança jurídica. “Os consumidores não podem ficar inseguros, sem saber se precisarão pagar ou não pelas sacolas.”

O Carrefour disse que não foi informado da decisão.

12 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

Senado cassa Demóstenes, e CPI tende a perder força

Punição, aplicada por 56 votos contra 19, deixa senador inelegível até 2027

Congressistas avaliam que cobrança pública agora deve arrefecer e que recesso e eleições vão esfriar comissão

O Senado cassou ontem por 56 votos contra 19 o mandato de Demóstenes Torres (ex-DEM-GO), acusado de mentir sobre suas relações com Carlos Cachoeira e de usar o cargo para beneficiar o empresário, preso por suspeita de chefiar um esquema de corrupção.

Foi a segunda vez em 188 anos que a Casa decretou a perda do mandato de um senador por quebra de decoro.

A decisão, feita em sessão aberta e por voto secreto, deixa Demóstenes inelegível até 2027, oito anos após o fim de seu mandato.

Após o resultado, o agora ex-senador escreveu no Twitter que a “esquerda” lhe retirou o mandato e que vai recuperá-lo no Supremo Tribunal Federal.

Apesar de representar a primeira punição formal no caso Cachoeira, líderes do Congresso avaliam que a CPI tende a perder força —salvo futuras revelações.

Na semana que vem o Congresso entra em recesso e, em agosto, volta esvaziado devido às eleições.

Após o resultado de ontem, a **Folha** ouviu 78 senadores. Nenhum admitiu ter votado pela absolvição; 41 disseram que votaram pela cassação; os demais alegaram sigilo.

INFLUÊNCIA

O placar refletiu o isolamento do ex-líder do DEM (ele teve 15 votos acima do necessário para a cassação), cuja passagem no Senado foi marcada pelo ataque a colegas por outros escândalos.

Na sessão que selou seu destino, nenhum colega usou a palavra para defendê-lo.

Ele terminou com quatro votos contrários a mais do que os recebidos por Luiz Estevão (PMDB-DF), até então o único cassado, em 2000.

Cinco senadores se abstiveram e apenas um, Clovis Fecury (DEM-MA), não foi à sessão —tirou licença para “assuntos pessoais”.

Até o final, o senador tentou convencer os colegas que não mentiu sobre suas relações com Cachoeira, do qual disse ser apenas um amigo.

“Diga-me com quem andas que eu te direi quem és. Cristo andava com Judas. [...] Se Carlos Cachoeira cometeu crimes, cana nele, a culpa é dele”, discursou.

O ex-líder do DEM comparou-se a um “cão sarnento” e reclamou de ter sido chamado de “despachante de luxo e braço político” de Cachoeira. “Como me defender disso? É como acusar uma mulher de vagabunda.”

Citou que o senador Humberto Costa (PT-PE), que pediu sua cassação no Conselho de Ética, já foi acusado de envolvimento com corrupção, mas foi inocentado pela Justiça. E pediu isonomia.

A sessão durou 3 horas e 14 minutos. “Julgar companheiros não faz bem à alma”, afirmou o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que escapou da cassação em 2007.

Demóstenes perde o foro privilegiado no STF, onde suas relações com Cachoeira eram investigadas. O inquérito passa a tramitar no Tribunal de Justiça de Goiás, onde ele, como procurador de Justiça (cargo ao qual deve voltar), tem foro.

“É página virada”, disse o presidente da Casa, José Sarney.

CONTINUA

12 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A CASSAÇÃO

Plenário decide pela perda de mandato do senador

Placar da votação

A favor  **56** 

Contra  **19** 

Abstenção  **5** 

O que acontece agora com Demóstenes

Fica inelegível até 2027 e perde o foro privilegiado. Não deve ser julgado pelo STF e pode reassumir cargo de procurador em Goiás

e com a vaga no Senado

Ficará com o primeiro suplente, Wilder Pedro de Moraes (DEM-GO). Se não quiser, o segundo suplente, José Eduardo Fleury, assume

“ Seis governadores também se relacionavam com Cachoeira, dezenas de deputados federais. Os outros não têm nada. O bandido sou eu?

Por que minha cabeça tem que rolar? Provei aqui várias vezes que fui inocente

Nesse período que eu vivi eu fui perseguido como um cão sarnento

Os senhores sabem muito bem, e não é o nosso caso, que pessoas aqui na Casa que quiserem fazer rolo, espaço há. Eu nunca fiz

Perdoem-me aqueles que, levemente, ofendi e advirto os mais novos: não entrem por esse caminho, isso é uma bobagem; pegar minutos de fama, ir para a TV, aparecer atacando um colega

DEMÓSTENES TORRES

ENQUETE DA FOLHA COM OS SENADORES

- 41** **DISSERAM TER VOTADO PELA CASSAÇÃO**
- Álvaro Dias (PSDB-PR)
 - Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
 - Ana Amélia (PP-RS)
 - Ana Rita (PT-ES)
 - Ângela Portela (PT-RR)
 - Anibal Diniz (PT-AC)
 - Antonio Russo (PR-MS)
 - Assis Gurgacz (PDT-RO)
 - Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)
 - Clésio Andrade (PR-MG)
 - Cristovam Buarque (PDT-DF)
 - Eduardo Amorim (PSC-SE)
 - Eduardo Braga (PMDB-AM)
 - Eduardo Suplicy (PT-SP)
 - Epitácio Cafeteira (PTB-MA)
 - Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
 - Garibaldi Alves (PMDB-RN)
 - Humberto Costa (PT-PE)
 - Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)
 - João Capiberibe (PSB-AP)
 - João Vicente Claudino (PTB-PI)
 - Jorge Viana (PT-AC)
 - José Pimentel (PT-CE)
 - Kátia Abreu (PSD-TO)
 - Lídice da Mata (PSB-BA)
 - Lindbergh Farias (PT-RJ)
 - Mário Couto (PSDB-PA)
 - Marta Suplicy (PT-SP)
 - Paulo Paim (PT-RS)
 - Pedro Simon (PMDB-RS)
 - Pedro Taques (PDT-MT)
 - Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
 - Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
 - Roberto Requião (PMDB-PR)
 - Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)
 - Sérgio Petecão (PSD-AC)
 - Vanessa Grazziotin (PC do B-AM)
 - Waldemir Moka (PMDB-MS)
 - Walter Pinheiro (PT-BA)
 - Wellington Dias (PT-PI)
 - Zezé Perella (PDT-MG)

- 37** **NÃO REVELARAM O VOTO**
- Aécio Neves (PSDB-MG)
 - Alfredo Nascimento (PR-AM)
 - Antônio Carlos Valadares (PSB-ES)
 - Armando Monteiro (PTB-PE)
 - Benedito de Lira (PP-AL)
 - Blairo Maggi (PR-MT)
 - Casildo Maldaner (PMDB-SC)
 - Cícero Lucena (PSDB-PB)
 - Ciro Nogueira (PP-PI)
 - Cyro Miranda (PSDB-GO)
 - Delcídio Amaral (PT-MS)
 - Eduardo Lopes (PRB-RJ)
 - Eunício Oliveira (PMDB-CE)
 - Fernando Collor (PTB-AL)
 - Francisco Dornelles (PP-RJ)
 - Gim Argello (PTB-DF)
 - Inácio Arruda (PC do B-CE)
 - Ivo Cassol (PP-RO)
 - Jader Barbalho (PMDB-PA)
 - Jayme Campos (DEM-MT)
 - João Durval (PDT-BA)
 - João Ribeiro (PR-TO)
 - José Agripino (DEM-RN)
 - José Sarney (PMDB-AP)
 - Lobão Filho (PMDB-MA)
 - Lúcia Vânia (PSDB-GO)
 - Luiz Henrique (PMDB-SC)
 - Magno Malta (PR-ES)
 - Maria do Carmo (DEM-SE)
 - Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
 - Paulo Bauer (PSDB-SC)
 - Paulo Davim (PV-RN)
 - Renan Calheiros (PMDB-AL)
 - Romero Jucá (PMDB-RR)
 - Sérgio Souza (PMDB-PR)
 - Valdir Raupp (PMDB-RO)
 - Vital do Rêgo (PMDB-PB)

NÃO FOI LOCALIZADO
Vicentinho Alves (PR-TO)

FALTOU À SESSÃO
Clovis Fecury (DEM-MA)

12 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

O legado de Demóstenes

SÃO PAULO - No fim do seu último discurso na tribuna, Demóstenes Torres atribuiu a cassação mais que anunciada ao tempo em que se destacava como o arauto da moralidade no Senado. “Meu erro aqui foi ser intolerante, ser duro”, disse.

“Advirto aos mais jovens: não entrem por esse caminho, é bobagem. Pegar minutos de fama, ir à televisão, aparecer atacando um colega... eu aprendi duramente”, penitenciou-se.

Pelo que se viu e ouviu ontem em Brasília, o conselho era desnecessário. Além dos relatores e do líder do partido que pediu sua cassação, só cinco senadores se inscreveram para falar antes da votação secreta.

Ricardo Ferraço disse que não era um dia feliz e “não poderia ser para os nossos corações”. Antonio Carlos Valadares ensinou que “o homem é diferente dos outros animais” porque sabe distinguir o bem e o mal.

Mário Couto, que se apresenta como ex-bicheiro, deu os murros habituais na bancada e bradou que “está faltando moralidade” ao Senado.

Ele sabe o que diz e deve estar certo.

A saída de Demóstenes, que nos dias de glória apontou o dedo para os coronéis José Sarney e Renan Calheiros e ontem pedia perdão aos que “levianamente” atacou, deixa o Senado sem alguém para acusar colegas pegos com a boca na botija.

É difícil acreditar que a tarefa seja exercida na voz estridente de Raulo Rodrigues, o Harry Potter do PSOL, ou no juridiquês empolado de Pedro Taques, que parece não ter pendurado a beca de promotor.

Se as denúncias contra o agora ex-senador incentivam o eleitorado a confiar ainda menos nos políticos, sua queda deve dificultar a aparição de sucessores dispostos a desafiar o clima de compadrio da Casa.

Quando Saturnino Braga decretou a falência da Prefeitura do Rio, Millôr Fernandes escreveu que ele, um político probo, entraria para a história como o homem que desmoralizou a honradez. Demóstenes desmoralizou a moralidade, e não há candidatos a reabilitá-la no Senado.

PF identifica 152 pessoas em fraude nas provas da OAB

12 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

Ordem diz que pode punir os aprovados

A Polícia Federal vai indiciar 152 pessoas acusadas de fraudar três exames da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) em 2009.

Os candidatos, de São Paulo e Santos, compraram as respostas das provas por até R\$ 50 mil, segundo a polícia.

Investigações da PF apontam que 19 pessoas fraudaram a prova em maio de 2009, 76 em setembro do mesmo ano e 57 em janeiro de 2010.

A OAB diz que abrirá processo ético e disciplinar para analisar "o grau de envolvimento e participação de cada um dos suspeitos". Os candidatos identificados pela PF estarão sujeitos a sanções, que variam de advertência a exclusão da Ordem.

Outras 1.076 pessoas colaram nas provas, segundo a PF. A OAB terá acesso ao inquérito, que está em sigilo, para decidir o que fazer.

A investigação da PF aponta que dois policiais rodoviários federais abriam os malotes, fotografavam as questões e vendiam o material para a quadrilha por R\$ 100 mil.

O esquema, segundo a PF, começava dois dias antes da prova. Os cadernos de questões eram guardados nas dependências da Polícia Rodoviária Federal.

A PF descobriu que policiais abriam malotes, fotografavam a prova e vendiam o material para o bando, que pagava professores para responderem as questões.

Dez acusados de participar da quadrilha especializada e três colaboradores dos criminosos foram presos.

Segundo a polícia, a quadrilha fraudou também concursos da PF, da Receita Federal, da Agência Brasileira de Inteligência e da Agência Nacional de Aviação Civil.

Eles cobravam até R\$ 305 mil para os candidatos terem acesso às respostas.

12 JUL 2012

JORNAL DO ESTADO

Aprovados

Os deputados aprovaram ontem, durante as sessões ordinária e extraordinárias, onze projetos de lei de autoria do Poder Judiciário. Essas proposições têm a finalidade de ampliar e assegurar a plena prestação de serviços jurisdicionais através da criação de novas Varas, desmembramento de Juízo Único e transferência de Comarca. Com a realização de sessões extraordinárias todas as proposições concluíram o trâmite no Legislativo e seguem agora para sanção (ou veto) governamental. Passaram os seguintes projetos do TJ: de nº 292/12, que cria a 2ª Vara Cível no Foro Regional de Araucária, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba; de nº 293/12 criando a 2ª Vara Cível na Comarca de Irati, de entrância intermediária; de nº 294/12, criando a 3ª Vara Cível em Umuarama; o de nº 295/12, que desmembra o juízo único do Foro Regional de Mandaguari, das Comarcas da Região Metropolitana de Maringá; e o de nº 297/12 criando a Vara de Família do Foro Regional de Colombo.

12 JUL 2012

JORNAL DO ESTADO

SERVIDORES

STF libera divulgação de salários

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto, liberou a divulgação dos salários dos servidores públicos federais. A pedido da Advocacia Geral da União (AGU), Britto cassou uma liminar da Justiça Federal em Brasília que impedia a publicação de forma individualizada das remunerações. Em seu

despacho, o presidente do Supremo citou artigos da Constituição Federal que garantem o acesso à informação pública e determinam a publicidade da atuação administrativa. Ele também citou a recente Lei de Acesso a Informações Públicas e uma decisão administrativa tomada em maio pelo tribunal que aprovou a divulgação de

forma irrestrita dos salários dos ministros e servidores.

“A remuneração dos agentes públicos constitui informação de interesse coletivo ou geral”, afirmou Britto. “É evidente estar-se diante de matéria constitucional devido a que as decisões impugnadas versam o tema do direito fundamental de acesso à informação”.

JORNAL DO ESTADO

FACEBOOK

TRE anula
multa de
R\$ 15 mil
de Fruet

12 JUL 2012

A Corte do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR) reverteu, ontem, a decisão da 3ª Zona Eleitoral de Curitiba, Renata Estorilho Baganha, que havia aplicado multa de R\$ 15 mil ao candidato a prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet (PDT), por suposta campanha antecipada no Facebook. A ação contra Fruet havia sido proposta pelo PSB – partido do candidato que disputa a reeleição.

A decisão do juiz Fernando Morais aponta que as publicidades questionadas não eram ilegais, pois não faziam qualquer menção à campanha. Para o coordenador jurídico da campanha, Luiz Fernando Pereira, a nova decisão só confirma a legalidade das participações de Fruet nas redes sociais. Essa foi a terceira tentativa dos adversários de multar Fruet. O TRE já havia rejeitado outras duas ações do PRP, que pedia a condenação de Fruet por suposto uso da internet em campanha antecipada.

A assessoria do pedetista alega que simpatizantes dele criaram na rede social um grupo intitulado “Eu voto no Gustavo Fruet”. Além da página no Facebook, o TRE considerou legal o site www.raiox-curitiba.com.br – criado pela equipe de Fruet para receber sugestões e reclamações sobre a cidade.

De acordo com a assessoria de Fruet, as ações foram assinadas pelo presidente estadual do PRP, Jorge Martins, que desde fevereiro de 2011 ocupa cargo comissionado na prefeitura da Capita.

1 2 JUL 2012

JORNAL DO ESTADO

PERNAMBUCO

Juíza acata denúncia contra trio canibal

Preso desde abril, em Garanhuns, no agreste pernambucano, acusado da morte de duas mulheres, com requintes de violência, canibalismo e rituais macabros, o trio formado por Jorge Beltrão Negromonte Silveira, 50 anos, sua mulher Isabel Cristina Pires Silveira, 50, e sua amante Bruna Cristina Oliveira da Silva, 25 anos, vai responder judicialmente também pelo homicídio de uma terceira vítima, Jéssica Camila da Silva Pereira, ocorrido em 26 de maio de 2008, no município metropolitano de Olinda.

A juíza de Olinda, Maria Segunda Gomes de Lima, aca-

tou a denúncia oferecida pelo Ministério Público de Pernambuco e determinou a prisão preventiva dos três - mesmo eles já presos preventivamente pelos outros dois homicídios. A decisão garante que o trio permaneça encarcerado mesmo no caso de conseguirem um habeas corpus relativo aos crimes de Garanhuns. Os denunciados terão 10 dias para apresentar defesa. Jéssica era moradora de rua. Tinha, então, 17 anos e uma filha de um ano e aceitou morar com os acusados. O casal, que não tinha filhos, planejou ficar com a criança depois de matar sua mãe.

12 JUL 2012

GAZETA DO POVO

>> ÚLTIMO DIA

Assembleia aprova projetos que beneficiam MP, TJ e policiais militares

Karlos Kohlbach

Na última sessão plenária antes do recesso de julho, os deputados aprovaram ontem projetos que beneficiam policiais militares e servidores do Ministério Público (MP) e do Tribunal de Justiça (TJ). Sem maiores discussões, os parlamentares aprovaram a destinação de R\$ 47,5 milhões para o Fundo de Atendimento à Saúde dos PMs, auxílio-alimentação para funcionários do MP e a regulamentação das concessões aos servidores do Judiciário.

O projeto que institui o auxílio-alimentação no valor de R\$ 400 por mês para os servidores do MP não prevê a concessão do auxílio para procuradores e promotores de Justiça. Por enquanto, o benefício será pago apenas aos 1.102 servidores, já na folha deste mês. O impacto calculado é de pouco mais de R\$ 440 mil mensais.

R\$ 47,5
MILHÕES

serão destinados para o Fundo de Atendimento à Saúde dos PMs, de acordo com projeto aprovado ontem pelos deputados estaduais.

R\$ 1,5
MILHÃO

será o impacto anual da concessão de novas gratificações para servidores do Tribunal de Justiça do Paraná, que também foi aprovada ontem pelos deputados.

Uma reunião do Conselho Nacional do MP, ainda sem data marcada, deve estabe-

lecer se o auxílio será estendido aos procuradores e promotores. Na reunião também será discutida a possibilidade de o benefício ser pago retroativamente ao ano de 2004 — assim como fez recentemente o Tribunal de Contas do Estado (TC) e o Judiciário do Paraná.

Hospital militar

Os R\$ 47,5 milhões que serão repassados ao Fundo de Atendimento à Saúde dos PMs terão como destino o Hospital da Polícia Militar (HPM), em Curitiba. O HPM foi alvo de polêmica ano passado quando cerca de 120 mil servidores públicos do estado passaram a ser atendidos no hospital junto com outros 40 mil PMs e bombeiros — o que gerou insatisfação da corporação.

Outro projeto aprovado ontem foi a gratificação aos PMs que cumprem função no gabinete militar na Assembleia. São nove os policiais cedidos pelo governo para o gabinete. A gratificação varia de R\$ 1 mil a R\$ 3,5 mil — dependendo do posto — e deve gerar um custo de até R\$ 14 mil por mês. Também passou, em redação final, o projeto do TJ que regulamenta a concessão de nove gratificações para servidores do tribunal. O impacto anual na folha de pagamento do TJ será de R\$ 1,5 milhão.

GAZETA DO POVO

» TRANSPARÊNCIA

Governo volta a publicar salário dos servidores

O Portal da Transparência, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU), voltou a divulgar ontem o salário dos servidores públicos federais. Isso foi possível graças a uma decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto, tomada na noite de terça-feira. Ele suspendeu a liminar concedida pelo juiz Francisco Neves da Cunha, da 22.ª Vara da Justiça Federal no Distrito Federal, e mantida pelo Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF1), que impedia a publicação dos vencimentos do funcionalismo público federal.

Ayres Britto atendeu a um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) protocolado poucas horas antes. Com isso, está garantida a divulgação das informações enquanto o tema não for decidido em definitivo pela Justiça. Na decisão, Ayres Britto diz que a “remuneração dos agentes públicos constitui informação de interesse coletivo ou geral”. Segundo ele, o princípio da publicidade da atuação administrativa “propicia o controle da atividade estatal até mesmo pelos cidadãos”. Assim, diz o ministro, “decisões judiciais contrárias a tais normas constitucionais de proa geram grave lesão à ordem pública”.

12 JUL 2012

Ayres Britto também argumentou que, pouco depois da entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação, em maio, o STF decidiu que divulgaria a remuneração de seus servidores, inclusive dos ministros. O ministro ainda citou uma decisão anterior do Supremo, liberando a divulgação dos salários dos servidores do município de São Paulo na internet. No recurso que levou ao STF, a AGU menciona o caso paulistano.

NOTA POLÍTICA

Reverteu

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) reverteu ontem a decisão da juíza Renata Estorilho Baganha, que havia aplicado multa de R\$ 15 mil ao candidato a prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet (PDT), por suposta campanha antecipada no Facebook. A ação contra Fruet havia sido proposta pelo PSB, partido do prefeito Luciano Ducci, que disputa a reeleição.

12 JUL 2012

GAZETA DO POVO

A impostura dos auxílios

Fuad Faraj

FUAD FARAJ

Há, da parte de muitos os que integram o Ministério Público do Paraná, um desejo de ver materializada uma política "indenizatória" a garantir o pagamento do auxílio-alimentação, do auxílio-saúde e do auxílio-livro. Os promotores que se empenharam nos embates das Promotorias de Proteção ao Patrimônio Público contra condutas de improbidade sabem a que tipo de constrangimentos essa visão equivocada poderá sujeitar o Ministério Público e os seus dignos integrantes.

Não se trata apenas das deletérias consequências jurídicas que, eventualmente, poderão não ocorrer em razão do alinhamento de decisões em implementar tais benefícios tomadas pelos diversos tribunais que compõem o Poder Judiciário, e também pela omissão do STF em restaurar o status da legalidade e da moralidade. Deve-se atentar também para as nefastas consequências sociais e a negativa repercussão popular.

Esses auxílios são maneiras sub-reptícias de aumentar o subsídio, o qual se encontra congelado pela articulação coordenada do governo federal e do Congresso Nacional. A pior das escolhas que se poderia fazer diante da manifesta impropriedade republicana do Congresso e da Presidência, que violam a Constituição ao negar o reajuste, é a adesão à retórica impopular e ilógica das verbas de caráter indenizatório, o que também violaria a previsão constitucional de um subsídio pago em parcela única.

Mas há mais circunstâncias ainda não devidamente ponderadas que depõem contra a ideologia malsã dos auxílios. Para ficar apenas em um exemplo: com muito mais razão e justiça tal retórica em prol dos auxílios, seguindo o devido tratamento isonômico, deveria ser invocada em defesa de professores ou de quaisquer outros servidores públicos que prestam serviços essenciais e inestimáveis ao cidadão. Ademais, em te-

ma de auxílios, o céu é o limite. Um céu cuja fruição é destinada apenas às castas mais bem pagas do serviço público, excluindo-se a grande massa dos funcionários públicos e dos trabalhadores do setor privado. O que virá depois? O auxílio chá das cinco, com frutas de época incluídas? Com tantos penduricalhos, corre-se o risco de confundirem membros do Ministério Público com donatários unguídos por aquele nobre fidalgo de um país imaginário a quem chamam de Sir Ney.

A construção de instituições republicanas não se faz com leviandades e obviedades aparentes. A história do Brasil dá provas do quanto uma decisão equivocada pode fazer falir instituições inteiras de uma hora para outra, as quais, diga-se, nunca ganharam o status da perenidade no que concerne ao respeito que se deva ter pela coisa pública. República? Democracia? O que foram essas palavras ao longo de nossa história, senão chaves mestras da retórica que abriram a porta para infundáveis imposturas e traições? Tudo tem seu preço. Tudo tem seu ônus. Os grandes feitos do gênero humano não são próprios das sinecuras que se implantam na estrutura estatal.

O Ministério Público deve ser o padrão-ouro da moralidade e a *regula mater* da legalidade. Parafraseando Gertrude Stein, podemos dizer e concluir: o Ministério Público é o Ministério Público. Ouça-se isso e prescindia-se de qualquer definição. Ela já se vê, se sente. É tangível e concreta. Quem se negar a ver esta realidade se encontrará muitas vezes na contingência de esquecer a defesa do regime democrático, da ordem jurídica e dos direitos do povo. Essas expressões normativas serão apenas conceitos mortos de maravilhosa roupagem, tais sepulcros caiados a que o Mestre Nazareno se referiu.

O Ministério Público não pode se autoimolar na tábula do sacrifício, perseguindo, ironicamente, uma senda que nos promete uma vida sem dificuldades em um país imaginário onde nos fartarão de leite, mel e quimeras.

Fuad Faraj é promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná.

12 JUL 2012

GAZETA DO POVO

Prevenção ou recuperação?

Censo 2011 da assistência social revela que o Brasil apresenta três vezes mais centros de prevenção de violência do que centros de proteção especial

Ellen Miecowski

Enquanto o serviço de acolhimento para crianças e adolescentes está presente em 31,6% dos municípios brasileiros e os abrigos para mulheres vítimas de violência podem ser encontrados em apenas 3,9% das cidades, o número de serviços de proteção social básica — cujo objetivo é prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais — alcança 90% das cidades. Esses números mostram que o investimento em prevenção está muito além dos recursos recebidos pela proteção especial, principalmente para casos de alta complexidade, como os citados acima. Os dados são do Censo de 2011 do Sistema Único de Assistência Social (Suas), divulgado na semana passada pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

Para a professora de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Jucimeri Silveira, o novo censo revela avanços e desafios. “O próprio censo já é um grande passo em termos de gestão pública. Vê-se pelo censo que aos poucos os municípios vão aderindo e compactuando com as políticas

nacionais”, diz ela, que também é assessora do Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social.

O Censo Suas é uma das ações da Política Nacional de Assistência Social (Pnas), criada em 2004 para enfrentar as desigualdades sociais e promover o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade a direitos fundamentais. A partir da criação da Pnas, os serviços de assistência social no país foram padronizados e são ofertados da mesma maneira em todos os estados.

Básico e especial

Descentralizada, essa política conta com duas estruturas para prestar os serviços de proteção social básica e especial: os Centros de Referência em Assistência Social (Cras) e os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) (veja infográfico).

No Cras, responsável por organizar e ofertar os serviços de proteção social básica, a intenção de prevenir ocorrências passa pelo fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, ampliando o acesso à cidadania e desenvolvendo as potencialidades. “Um exemplo da evolução do país na assistência social é o número de Cras, que aumentou de 700 em 2003, quando iniciou o Suas, para 7.510 em 2011. Eles são importantes por serem a porta de

entrada da população a programas sociais”, diz Jucimeri.

Já no atendimento para proteção social especial, os equipamentos responsáveis pelo serviço são os Creas. Em menor número no país, são apenas 2.118 espaços presentes em todos os estados. Divididos entre os de média e alta complexidade, os centros ainda são escassos no país. Como exigem estrutura e profissionais especializados, é um serviço mais caro — nem todos os municípios são capazes de mantê-los.

“A maioria das cidades que necessitam desses serviços tem baixa taxa de arrecadação. Então a alternativa é ampliar os recursos por meio de articulações, com uma presença maior dos estados. Esse é um investimento necessário, porque são serviços continuados”, explica.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

PROTEÇÃO SOCIAL

CONTINUAÇÃO

12 JUL 2012

Enquanto os serviços de proteção social básica têm grande abrangência no país, a proteção especial ainda carece de atenção. Serviços de alta complexidade são os mais atingidos.

Em % de municípios atendidos

		Na estrutura formal do órgão gestor	De maneira informal
Serviços de proteção social básica	Brasil	65,2	24,7
	Paraná	53,7	25,5
Serviços de proteção social especial	Brasil	38,7	27,6
	Paraná	41,1	28,4
Acolhimento para crianças e adolescentes	Brasil	31,6	Serviços de alta complexidade
	Paraná	54,4	
Acolhimento para mulheres vítimas de violência	Brasil	3,9	
	Paraná	4,3	

Centros de referência

Criados para oferecer os serviços de proteção social, os Cras e Creas se diferenciam pela estrutura e atividades que executam. Veja:

Cras

Proteção social básica

- programas ou projetos de capacitação profissional e/ou inclusão produtiva.
- serviços de convivência e fortalecimento de vínculos:
 - para idosos
 - para adolescentes de 15 a 17 anos
 - para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos
 - para crianças até 6 anos

Creas

Proteção social especial de média complexidade

- serviço para pessoas em situação de rua
- serviço para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias
- serviços a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa com liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade
- serviço especializado em abordagem social
- serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI)

Proteção social especial de alta complexidade

- serviço de acolhimento:
 - para crianças e adolescente
 - para idosos
 - para mulheres em situação de violência
 - para pessoas com deficiência
- serviço de proteção para situações de emergência

CARÊNCIA

A opção por investir mais na proteção básica pode ter sido feita pelos municípios porque os Cras são requisitos básicos para receber incentivos do governo federal, diz a professora de Serviço Social na PUCPR, Jucimeri Silveira. Segundo ela, a dificuldade para implantar os serviços de proteção social especial está mais na complexidade do fenômeno da violência, que atinge várias áreas, do que no custo.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

12 JUL 2012

Creas do Cristo Rei atende vítimas de abuso sexual

Inseridos na categoria de proteção social especial de média complexidade, os Creas podem ser implantados em âmbito municipal ou regional, pelo empenho do estado e dos municípios envolvidos. Curitiba tem hoje 10 centros desse tipo, um em cada regional e outro, no Cristo Rei, de atendimento exclusivo a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Com o lançamento, em 2009, de uma tipificação dos programas e serviços oferecidos pelo Suas, o centro do Cristo Rei tornou-se exceção à regra ao oferecer atendimento a um público específico.

Segundo a coordenadora de proteção social especial de média complexidade da Fundação de Ação Social (FAS), da prefeitura de Curitiba, Geane Oliveira, o funcionamento daquele centro se baseia no modelo do programa federal Sentinela, criado em 2001 e ampliado até se tornar Crea. "Optamos por manter esse serviço como era no começo por conta das especificidades da violência sexual contra crianças e adolescentes."

Neste Crea são atendidas pessoas com até 17 anos, encaminhadas pelos outras unidades, pelo conselho tutelar, Cras ou outros equipamentos públicos." Curitiba tem uma rede de proteção de crianças vítimas de violência, e é de onde vem o maior número de crianças e adolescentes que atendemos todos os dias." A partir de uma entrevista inicial são definidas as ações para cada caso. "Os atendimentos são feitos por meio de atividades individuais e em grupo com as crianças, os familiares e abusadores quando membros das famílias", diz Geane.

Os dados da FAS dão conta de que 318 crianças e 277 famílias foram atendidas em 2011. Desse total, 65,5% eram meninas e 34,5% meninos. A faixa etária que mais sofre abusos na capital é de 6 aos 11 anos, 49,5% das crianças atendidas.

Quando questionada sobre os acolhimentos, a coordenadora explicou que a prefeitura não possui unidades específicas para este tipo de atendimento e os serviços são prestados por instituições conveniadas. "Tem sido suficiente para atender ao município. Vemos que a demanda tem aumentado no caso de idosos, mas com crianças tem diminuído."

49,5%

das crianças atendidas pelo Crea do Cristo Rei em 2011 tinham entre 6 e 11 anos. Segundo o FAS, 318 crianças e 277 famílias foram atendidas no ano passado. As meninas atendidas somaram 65,5% das crianças, contra 34,5% de meninos.

12 JUL 2012

GAZETA DO POVO

Quadrilha cobrava R\$ 50 mil por gabarito do Exame da OAB

■ A quadrilha que fraudou o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em 2009 cobrava até R\$ 50 mil para disponibilizar o gabarito de cada prova aos candidatos, de acordo com delegado da Polícia Federal Victor Ferreira. Ele foi o responsável pela investigação que identificou 152 candidatos que compraram as respostas e resultou na prisão de dez pessoas acusadas de vendê-las, além de outras três que colaboravam com o grupo.

Ainda segundo o delegado, a organização criminoso atuava também em outros concursos públicos, como da PF, Abin (Agência Brasileira de Inteligência) e Receita federal, e chegava a cobrar até R\$ 305 mil para os candidatos terem acesso às respostas.

Além de dez pessoas que compunham o grupo, foram presos um candidato aprovado no concurso de agente federal de 2004. De acordo com o Ferreira, ele auxiliava no pagamento dos candidatos fraudadores à quadrilha. Estavam envolvidos no esquema ainda dois policiais rodoviários federais.

Ferreira contou que, no caso dos policiais, eles retiravam um caderno de questões dos malotes lacrados e fotografavam as páginas. Eles tinham acesso ao material porque o Cespe, organizador do exame ligado à Universidade de Brasília, armazenava as provas nas dependências da Polícia Rodoviária Federal em São Paulo dois dias antes de sua aplicação.

152

152 pessoas participaram da fraude em três exames de 2009 da Ordem dos Advogados do Brasil. Investigação da PF concluiu ainda que 1.076 candidatos copiaram as respostas uns dos outros durante a aplicação das provas.

Com o material nas mãos, os policiais vendiam as imagens à quadrilha por cerca de R\$ 100 mil. Com a posse das imagens, os bandidos contratavam professores para responder às questões e preparar os gabaritos — segundo Ferreira, foram identificados ao menos oito professores —, que custavam R\$ 50 mil.

Para chegar até os candidatos fraudadores, os investigadores trabalharam com um sistema de informática que cruza informações em busca de padrões nos gabaritos de todos os candidatos dos concursos e exames. A partir disso, um trabalho de estatística era feito para analisar a chances de coincidência das respostas das questões.

Com a lista dos suspeitos, a polícia passou a investigá-los e chegou até a quadrilha. Os 152 candidatos que tiveram acesso às respostas antes dos exames eram de São Paulo e Santos (litoral paulista). Todos eles serão indiciados e devem responder por fraude à concorrência e receptação.

Com o mesmo sistema, a polícia disse também ter identificado que 1.076 candidatos em diversos locais do país copiaram as respostas de candidatos sentados ao lado. De acordo com Ferreira, o inquérito segue em segredo na Justiça, mas a OAB terá acesso a ele para que decida quais providências adotar em relação aos candidatos que colaram, e, eventualmente aprovados, se tornaram advogados.

O ESTADO DE S. PAULO

Congresso. Em seu último pronunciamento, ex-líder do DEM chega a pedir desculpas a colegas que acusou, mas acaba destituído do cargo por 56 votos a favor, 19 votos contrários e 5 abstenções; apenas um senador não esteve presente no plenário durante sessão

Ex-símbolo da ética, Demóstenes Torres é cassado em votação secreta no Senado

PLACAR DA VOTAÇÃO

12 JUL 2012



Três meses após dizer que era só “amigo do empresário” Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, o senador Demóstenes Torres (ex-DEM, sem partido-GO) foi cassado ontem sob a acusação de mentir a colegas, receber vantagens indevidas e usar o mandato para defender interesses do contraventor. Em votação secreta de três minutos, após quase três horas de sessão de julgamento, o painel do plenário apresentou o placar: 56 votos favoráveis à perda de mandato, 19 contrários e 5 abstenções. Apenas o senador Clóvis Fercury (DEM-MA) não estava presente, por motivo de licença.

Demóstenes fica agora proibido de disputar cargos públicos até 2027, pena imposta pela Lei da Ficha Limpa, da qual foi o relator.

O ex-líder do DEM, que se notabilizou pelo discurso em defesa da ética e chegou a sonhar com voos presidenciais em 2014, entrará para a história como o segundo senador a ter o mandato cassado por quebra de decoro no País – Luiz Estevão (PMDB-DF) perdeu

o mandato em 2000, acusado de mentir sobre seu envolvimento em desvios da obra do Fórum Trabalhista de São Paulo.

No oitavo discurso que fez em plenário desde a semana passada, o senador cassado chegou a pedir clemência. “Quem cassa senador é senador, não é a imprensa. Por favor, me deem a oportunidade de provar minha inocência. Não acabem com a minha vida, nem me deixem disputar outra eleição em 2030”, afirmou.

No momento mais usado do pronunciamento, de 35 minutos, alegou inocência e investiu contra o relator de seu processo no Conselho de Ética, Humberto Costa (PT-PE). Ele lembrou que Costa foi absolvido pela Justiça no caso da chamada máfia dos sanguessugas, um esquema de desvio de recursos da época em que comandou o Ministério da Saúde. “Ele provou que era um homem honrado; por que a minha cabeça tem que rolar?”, questionou.

Isolado. Primeiro a chegar ao plenário, Demóstenes permaneceu isolado praticamente durante toda a sessão que culminou com a cassação de seu mandato.

Uma espécie de “cordão de isolamento” foi formada, deixando-o afastado dos demais senadores. Apenas seu advogado, Antonio Carlos de Almeida Castro, conhecido como Kakay, ficou todo o tempo a seu lado. Poucos senadores se aventuraram a cumprimentá-lo – um deles foi Jader Barbalho (PMDB-PA). Apesar de o plenário estar cheio, o silêncio imperou na maior parte das três horas da sessão de cassação.

Conhecido na maior parte dos seus nove anos e meio de mandato por ser implacável na cobrança aos pares, Demóstenes chegou a pedir perdão, no discurso, a quem “levianamente” agrediu.

O senador Renan Calheiros (AL), líder do PMDB, permaneceu de braços cruzados durante o pronunciamento – Demóstenes havia pedido sua cassação em 2007 pela suspeita de ter contas pagas por um lobista de uma empreiteira. À imprensa Renan disse que o momento era “difícil”. “É um constrangimento ter que julgar um colega”, afirmou.

CONTINUA

12 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Credibilidade. Coube ao senador Randolfe Rodrigues (AP), do PSOL, partido que entrou com pedido de quebra de decoro contra Demóstenes em março, fazer uma das defesas mais enfáticas da cassação dele durante os debates. “O que está em jogo não é a condenação de conduta errônea. A votação de hoje é um sinal a milhões de brasileiros sobre a credibilidade de uma instituição centenária, fundamental para a democracia em nosso País.”

Após a cassação, Demóstenes deixou rapidamente o plenário. Ele dará lugar ao engenheiro Wilder Pedro de Moraes (DEM-GO), 44 anos. Ex-marido de Andressa Mendonça, atual mulher de Cachoeira, Moraes tem até 90 dias para tomar posse, a partir da publicação do decreto de perda de mandato de Demóstenes, previsto para sair na quinta.

● O que ele disse

“O julgamento pelo clamor público é um julgamento terrível (*comparando sua situação à de Jesus Cristo*)... As pessoas presentes, doidas pela crucificação”

“Peço aos senhores que não lavem as mãos em relação a mim. Deixem-me ser julgado pelo Poder Judiciário, pelo povo do meu Estado”

“Eu sou, na realidade, um bode expiatório; um bode expiatório, como foi definido aqui por um senador da República”

“Eu fui perseguido como um cão sarnento. Tudo o que aconteceu na minha vida e o que não aconteceu veio a público”

● O que disseram dele

“Esperava uma votação menor. Não é uma decisão fácil cassar um colega. Não há uma sensação de prazer. Estou triste, mas com a consciência tranquila”

Humberto Costa

SENADOR (PT-PE), RELATOR DO PROCESSO NA COMISSÃO DE ÉTICA

“É impossível defender o indefensável”

Mário Couto

SENADOR (PSDB-PA)

“É uma página virada. Não é uma data que a gente possa comemorar. Foi difícil para todos nós, senadores, participar da sessão, mas tínhamos que cumprir com o nosso dever”

José Sarney

PRESIDENTE DO SENADO (PMDB-AP)

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO Demóstenes afirma que ^{12 JUL 2012} vai recorrer ao Supremo

Contrariando posição de seu advogado, ele quer contestar escutas que o ligam a Cachoeira

Quatro horas depois de autorizar seu advogado a dizer que não recorrerá ao Supremo Tribunal Federal para recuperar o mandato, o ex-senador Demóstenes Torres mudou de ideia. Pelo microblog Twitter, ele anunciou que vai, sim, tentar recuperar o mandato no STF. E citou os motivos que, segundo ele, lhe dão razão: “Fui cassado sem provas, sem direito a ampla defesa e sem ter quebrado o decoro.” E emendou: “A esquerda me tirou o mandato, mas não a coragem.”

Demóstenes atacou ainda o relator do processo, senador Humberto Costa (PT-PE): “Onde estão as provas dessas relações promíscuas? São as mesmas que o sr. sofreu no escândalo dos sanguessugas?” Demóstenes sempre argumentou que as provas de seu envolvimento com o esquema comandado por Carlinhos Cachoeira foram coletadas ilegalmente. Ele sempre alegou que, por ser senador, as escutas telefônicas na qual aparece falando com o contraventor precisariam ser autorizadas pelo STF.

Ao Estado, seu advogado, Antonio Carlos de Almeida Braga, o Kakay, disse que Demóstenes está livre para tomar sua decisão, mas não vai apoiá-lo. “Eu cumpro o meu papel. Para mim, o processo terminou hoje. A decisão do Senado é soberana.” Logo depois da cassação, Kakay havia dito que seu cliente entendia que não cabia recurso.

Naquele momento, abatido e indiferente aos apelos dos jornalistas, Demóstenes saiu do plenário protegido por seguranças e sem dar entrevista. Tomou o veículo oficial a que ainda tinha direito. Em vez de rumar para casa, voltou ao gabinete para se despedir dos funcionários.

Demóstenes chamou cerca de 20 servidores de seu gabinete de Brasília e do escritório de apoio de Goiânia, que foram à capital acompanhar a sessão de votação, para conversar na sua sala. Segundo uma das presentes, ele mais ouviu do que falou. “Bola para frente, a luta continua”, despediu-se o ex-senador, saindo de carro pela garagem privativa dos parlamentares.

Promotor. O senador cassado, segundo Kakay, pretende retomar as atividades de promotor em Goiás. Ele também vai se dedicar à defesa no inquérito aberto no STF, em que é acusado de integrar o esquema de Cachoeira. O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, informou que vai pedir a transferência do inquérito para uma instância inferior. Se o inquérito em que ele é investigado contiver crime federal, o caso cairá no Tribunal Regional Federal da 1.ª Região. Se for acusado em delitos comuns, como o de ligação com quadrilha de jogos ilegais, o processo correrá no Tribunal de Justiça de Goiás.

Corregedoria do MP de Goiás vai apurar ‘falta funcional’

● A Corregedoria do Ministério Público de Goiás vai instaurar, após a publicação da decisão do plenário do Senado, procedimento disciplinar para investigar “eventual falta funcional” de Demóstenes Torres, promotor concursado. Demóstenes se licenciou em 2001 quando ocupava o cargo de procurador-geral de Justiça.

1 2 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Exame da OAB foi visto antes por 152 candidatos, conclui PF

A fraude ocorreu nos três exames de primeira fase realizados nos meses de maio e setembro de 2009 e em janeiro de 2010

A Polícia Federal finalizou a investigação sobre a fraude em exames da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de 2009 e apurou que 152 candidatos tiveram acesso antecipado às respostas do exame. Outros 1.076 “colaram” uns dos outros.

A fraude ocorreu nos três exames de primeira fase realizados pela OAB nos meses de maio e setembro de 2009 e em janeiro de 2010. Os fraudadores tiveram acesso privilegiado às respostas, que foram desviadas pela organização criminosa desmontada na Operação Tormenta.

Para identificar o grupo, a PF usou um programa desenvolvido para rastrear desvios entre as respostas dos candidatos e apontar probabilidades daqueles que se beneficiaram com a fraude. Com base nisso, os candidatos

● Operação Tormenta

33

mandados de busca e apreensão foram expedidos pela PF ao longo da operação

25

é o nº de mandados de prisão temporária

44

são de prisão preventiva

foram investigados.

Os 1.076 candidatos que colaram não recorreram, segundo a PF, ao grupo de fraudadores. Mas a equipe de investigação cruzou informações dos laudos e dados fornecidos pelo Cespe/UnB (que organizava os exames), constatando que todos os incluídos nos laudos realizaram o exame na mesma sala.

A OAB e Cespe/UnB colaboraram com as investigações, segundo a PF. A OAB informou em no-

ta que a instituição vai abrir processo contra fraudadores.

Tormenta. A investigação não envolveu só o Exame da Ordem. Teve início em 2010, com a denúncia de que um dos candidatos do concurso para agente da Polícia Federal de 2009 teve acesso ao caderno de questões da prova às vésperas de sua aplicação.

A PF já havia apurado que esse não era um fato isolado: pelo menos respostas de outros seis concursos de outros órgãos foram desviadas. Entre eles, os de delegado da Polícia Federal de 2004, auditor fiscal da Receita Federal de 1994 e agente e oficial de inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), de 2008.

Até o momento foram indicadas 282 pessoas e 62 servidores foram afastados ou impedidos de tomar posse. Os criminosos estão respondendo por crimes de formação de quadrilha, estelionato, receptação e corrupção.

Site sobre presos vai acelerar expulsão

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai criar um banco de dados na internet sobre presos estrangeiros no Brasil para acelerar a expulsão dessas pessoas do País.

O objetivo é divulgar os inquéritos entre os órgãos responsáveis (polícias, Ministério Público e Justiça) para dar maior rapidez aos processos. Segundo Luciano Losekann, juiz auxiliar da presidência do CNJ, o banco de dados será criado até setembro.

SÔNIA RACY

Chamada

Para atender a nova lei de combate à lavagem de dinheiro, o governo **Dilma** vai precisar de... gente treinada.

O CNJ fará este papel. Começa por convocar juízes e promotores para participar de evento em Brasília sobre a aplicação das novas regras.

O ESTADO DE S. PAULO

Trio acusado de canibalismo vai responder por 3º assassinato

Juíza acata denúncia
contra marido, mulher e
amante por homicídio em
2008; trio foi preso por
mais 2 mortes neste ano

12 JUL 2012

Presos desde abril em Garanhuns (PE), acusados da morte de duas mulheres com requintes de violência, canibalismo e rituais macabros, Jorge Beltrão Negromonte Silveira, de 50 anos, sua mulher, Isabel Cristina Pires Silveira, de 50, e a amante, Bruna Cristina Oliveira da Silva, de 25, vão responder na Justiça também pelo homicídio de uma terceira vítima. Jéssica Camila da Silva Pereira foi morta em 26 de maio de 2008 em Olinda.

A juíza Maria Segunda Gomes de Lima acatou denúncia do Ministério Público e decretou a prisão preventiva dos três – mesmo eles já estando presos pelos outros dois homicídios. A decisão garante que o trio ficará encarcerado mesmo se obtiver habeas corpus em relação aos crimes de Garanhuns. Os denunciados terão dez dias para apresentar defesa. Jéssica, então com 17 anos, era moradora de rua, tinha uma filha de 1 ano e aceitou morar com os acusados. Segundo a denúncia, Silveira e Isabel, que não têm filhos, mataram a mulher para ficar com a criança. Os réus foram descobertos em Garanhuns, onde teriam matado outras duas mulheres.

O assassinato de Jéssica foi quadruplamente qualificado: o motivo foi fútil, a vítima não teve chance de defesa, o modo para matá-la foi cruel e o crime foi praticado para acobertar a subtração da criança. Os três responderão ainda pela ocultação do cadáver. Segundo a polícia, os réus praticaram canibalismo nos três casos. Eles dizem pertencer a uma seita que recomenda ingestão de carne humana como purificação.

12 JUL 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF permite divulgação de salários de servidores públicos na internet

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ayres Britto, liberou a divulgação dos salários dos servidores públicos federais dos Três Poderes de forma individualizada na internet. A decisão atende a um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) e suspende liminares que proibiam a divulgação dos rendimentos dos funcionários.

A decisão do ministro Ayres Britto

garante a divulgação das informações enquanto a matéria não for decidida em definitivo pelo Judiciário. “A remuneração dos agentes públicos constitui informação de interesse coletivo”, afirma ele.

De acordo com presidente do STF, o assunto gira em torno de dois princípios constitucionais: o direito fundamental de acesso à informação pública e o princípio da publicidade da atuação da adminis-

tração. “Princípio que, para além da simples publicidade do agir de toda a Administração Pública, propicia o controle da atividade estatal até mesmo pelos cidadãos.”

Segundo o ministro Ayres Britto, as decisões judiciais da Justiça Federal do Distrito Federal que impediram a publicidade dos salários dos servidores vão contra esses princípios constitucionais, gerando “grave lesão à ordem pública”.

12 JUL 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNJ e Secretaria de Políticas para as Mulheres lançarão campanha

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) desenvolverão, em parceria com outros órgãos, uma campanha para divulgar os instrumentos jurídicos e as estruturas do poder público destinados a prevenir, remediar e punir a violência contra a mulher. A iniciativa, que tem por meta principal reduzir a incidência desse tipo de crime, deverá ser lançada em 7 de agosto, dia em que o Brasil comemorará seis anos da aprovação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340). A campanha será apresentada durante o Encontro Nacional de Delegacias de Atendimento às Mulheres, que será promovido pela SPM nos dias 7 e 8 de agosto, em Brasília.

A ideia de uma campanha conjunta foi acertada, em encontro sobre a Lei Maria da Penha, promovido pela Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania do CNJ e pela SPM, na sede do Conselho em Brasília.

12 JUL 2012

FOLHA DE LONDRINA

STF reforça entendimento sobre divulgação

Brasília - O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto, liberou a divulgação dos salários dos servidores públicos federais. A pedido da Advocacia Geral da União (AGU), Britto cassou uma liminar da Justiça Federal em Brasília que impedia a publicação de forma individualizada das remunerações.

Em seu despacho, o presidente do Supremo citou artigos da Constituição Federal que garantem o acesso à informação pública e determinam a publicidade da atuação administrativa. Ele também citou a recente Lei de Acesso a Informações Públicas e uma decisão administrativa tomada em maio pelo tribunal que aprovou a divulgação de forma irrestrita dos salários dos ministros e servidores.

"A remuneração dos agentes públicos constitui informação de interesse coletivo ou geral", afirmou Britto. "É evidente estar-se diante de matéria constitucional devido a que as decisões impugnadas (que impediam a divulgação dos salários) versam o tema do direito fundamental de acesso à informação pública, de parilha com o princípio igualmente constitucional da publicidade da atuação administrativa", disse. Segundo o presidente do STF, essa publicidade permite o controle da atividade estatal pelos cidadãos.

A divulgação dos salários estava suspensa por ordem da Justiça Federal em Brasília. Nesta semana, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) analisou o caso e manteve a proibição. Para convencer Britto a derrubar a decisão, o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, lembrou que num julgamento anterior o Supremo permitiu a divulgação na internet das remunerações dos servidores municipais de São Paulo.

Adams também disse que a proibição poderia causar um efeito multiplicador, fazendo com que ações semelhantes fossem protocoladas no País com o objetivo de suspender a publicação dos salários. Para o advogado, a divulgação das remunerações não viola o direito dos servidores à privacidade. De acordo com ele, isso é "um ônus inerente à natureza do cargo ocupado e, sobretudo, uma forma eficaz de garantir a transparência dos gastos públicos e contribuir para a moralidade administrativa".



Para Ayres Britto, publicidade permite o controle da atividade estatal pelos cidadãos

12 JUL 2012

FOLHA DE LONDRINA

Prefeitura de Londrina vai colocar salários na internet

Com base em lei federal, Executivo anunciou que vai dar publicidade a remunerações ao lado dos nomes dos servidores

Loriane Comeli
Reportagem Local

Seguindo orientação da Lei de Acesso à Informação Pública (lei federal 12.527/2011), a Prefeitura de Londrina vai divulgar os salários dos servidores municipais em sua página na internet. O anúncio foi feito ontem, porém, o site estava fora do ar e não foi possível acessar os dados. Segundo a procuradora-geral do Município, Cláudia Rodrigues, a relação deverá conter todos os dados relativos à folha de pagamento e o nome do servidor, conforme a resolução 102 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). "A controvérsia sobre a legalidade da divulgação dos nomes foi gerada pelos próprios servidores, mas a instância máxima do Judiciário - o Supremo Tribunal Federal - já decidiu publicar os salários dos próprios servidores", afirmou. "Não há violação do princípio da privacidade ou quebra de sigilo."

Além do salário, a relação deverá conter as vantagens eventuais e pessoais de cada servidor, como férias, anuênio, funções de confiança, pagamentos retroativos e indenizações. Segundo Cláudia Rodrigues, a

Prefeitura de Londrina tem cerca de 7 mil servidores e alguns - ela não soube precisar o número - têm remuneração acima do teto constitucional, que, no caso dos municípios é o salário do prefeito. "A todos é aplicado o redutor constitucional", assegurou. O salário do prefeito em Londrina é de R\$ 13.865,28.

Na Câmara de Londrina, os salários dos servidores efetivos e comissionados são publicados desde 20 de junho, no entanto, apenas com a matrícula, sem a divulgação do nome. A assessoria de imprensa do Legislativo informou ter consultado o Sindicato dos Servidores Municipais (Sindserv) e a Associação de Funcionários da Câmara para tomar a decisão de não divulgar os nomes e que também segue o padrão do Tribunal de Justiça do Paraná.

Os dados da Câmara revelam que em junho os servidores comissionados receberam R\$ 331 mil e os concursados R\$ 383 mil, em valores líquidos. No caso dos efetivos, o gasto bruto com a folha de pagamento foi de R\$ 552 mil. Dos 57 servidores efetivos, 25 tem salários superiores ao teto do prefeito. O redutor aplicado a eles soma R\$ 94 mil.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Números da LDO

O governador do Paraná Beto Richa (PSDB) sancionou esta semana a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Estado para o exercício financeiro de 2013. A receita estimada é de R\$ 32.259.181.394,00. Desse total, R\$ 29.917.350.000,00 representam o total da receita estadual e os R\$ 2.341.831.394,00 restantes correspondem às transferências constitucionais da União. Dos valores da receita prevista para o Estado, R\$ 5.898.059.000,00 estão incluídos entre as transferências constitucionais aos municípios. Dessa forma, o valor líquido da receita do tesouro do Estado deverá ficar em R\$ 24.019.291.000,00.

■ É esse valor que servirá de parâmetro para a elaboração da proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2013, que o Executivo deve enviar ao Legislativo até 30 de setembro. Os parlamentares, por sua vez, têm até o final do ano para votar a proposta de LOA.

■ O orçamento do Estado tem 86% das receitas vinculadas. Entre elas estão os 30% destinados ao ensino público e os 12% obrigatórios para a saúde. O Executivo também destina recursos a outros Poderes: 5% ao Legislativo, 9,5% ao Judiciário e 4% ao Ministério Público. Do percentual destinado ao Legislativo, 1,9% caberá ao Tribunal de Contas.

CLÁUDIO HUMBERTO

No TST, servidoras recebem mais que ministro

A Lei de Acesso à Informação continua produzindo revelações espantosas. No Tribunal Superior do Trabalho, servidoras homônimas receberam, em maio, mais que o teto de R\$ 26.723,15 de ministro do Supremo Tribunal Federal: a analista judiciária Maria dos Reis (R\$ 51.712,49 líquidos) e a técnica judiciária Maria dos Reis Alves Ribeiro (R\$ 32.822,88). Seus chefes, ministros do TST, ganham R\$ 17.847,47.

Penduricalhos

TST informa que uma servidora recebeu adiantamento de férias e 13º e a outra pagamentos retroativos de "abono de permanência". Ah, bom.

Porta aberta nº 14

O TST explica que estão fora do teto salarial do Supremo "vantagens previstas na resolução nº 14 do Conselho Nacional de Justiça".

12 JUL 2012

MILITÃO

▲▲▲ Milton Furuta aguarda a decisão do Tribunal de Justiça do Paraná sobre o seu pedido de permanência em sua casa de carnes no Mercado Shangri-Lá, onde está há anos e que teve a saída solicitada por um órgão da Prefeitura. Enquanto aguarda, trabalha e muito.

1 2 JUL 2012

FOLHA DE LONDRINA

Juíza de Olinda acata denúncia contra trio canibal

Angela Lacerda
Agência Estado

Recife - Preso desde abril, em Garanhuns, no agreste pernambucano, acusado da morte de duas mulheres, com requintes de violência, canibalismo e rituais macabros, o trio formado por Jorge Beltrão Negromonte Silveira, de 50 anos, sua mulher Isabel Cristina Pires Silveira, 50, e sua amante Bruna Cristina Oliveira da Silva, 25, vai responder judicialmente também pelo homicídio de uma terceira vítima, Jéssica Camila da Silva Pereira, ocorrido em 26 de maio de 2008, em Olinda.

A juíza de Olinda, Maria Segunda Gomes de Lima,

acatou a denúncia oferecida pelo Ministério Público de Pernambuco e determinou a prisão preventiva dos três - mesmo eles já presos preventivamente pelos outros dois homicídios. A decisão garante que o trio permaneça encarcerado mesmo no caso de conseguirem um habeas corpus relativo aos crimes de Garanhuns. Os denunciados terão 10 dias para apresentar sua defesa preliminar.

Jéssica era moradora de rua e tinha uma filha de um ano quando aceitou morar com os acusados. O casal planejou ficar com a criança depois de matar sua mãe. A criança está sob os cuidados do conselho tutelar desde

que eles foram descobertos, em Garanhuns, onde Giselly Helena da Silva, 31, e Alexandra Falcão da Silva, 20, foram mortas, respectivamente, em fevereiro e março deste ano.

O assassinato de Jéssica foi quadruplicamente qualificado: motivo fútil, dificuldade de defesa da vítima, meio cruel, ocultação de cadáver e subtração de menor. De acordo com a investigação policial, Jéssica levou um corte de faca na jugular. Todo o seu sangue foi retirado com a ajuda de um garrote. Depois, seu corpo foi esquartejado e a pele retirada. A carne foi ingerida grelhada, depois de temperada com sal e cominho.

12 JUL 2012

FOLHA DE LONDRINA

Quadrilha cobrava R\$ 50 mil por gabarito de Exame da OAB

Marina Gama
Folhapress

São Paulo - A quadrilha que fraudou o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em 2009 cobrava até R\$ 50 mil para disponibilizar o gabarito de cada prova aos candidatos, de acordo com delegado da Polícia Federal Victor Ferreira.

Ele foi o responsável pela investigação que identificou 152 candidatos que compraram as respostas e resultou na prisão de dez pessoas acusadas de vendê-las, além de outras três que colaboravam o grupo.

Ainda segundo o delegado, a organização criminosa

atuava também em outros concursos públicos, como da PF, Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e Receita, e chegava a cobrar até R\$ 305 mil para os candidatos terem acesso às respostas.

Além de dez pessoas que compunham o grupo, também foram presos um candidato aprovado no concurso de agente federal de 2004. De acordo com o Ferreira, ele auxiliava o pagamento dos candidatos fraudadores à quadrilha. Estavam envolvidos no esquema ainda dois policiais rodoviários federais.

Ferreira contou que, no caso dos policiais, eles retiravam um caderno de ques-

tões dos malotes lacrados e fotografavam as páginas. Eles tinham acesso ao material porque o Cespe, ligado à Universidade de Brasília, organizador do exame, armazenava as provas nas dependências da Polícia Rodoviária Federal em São Paulo dois dias antes de sua aplicação.

Com o material nas mãos, os policiais vendiam as imagens à quadrilha por cerca de R\$ 100 mil. Na posse das imagens, os bandidos contratavam professores para responder as questões e preparar os gabaritos - segundo Ferreira, foram identificados ao menos oito professores -, que custavam R\$ 50 mil.

1 2 JUL 2012

METRO

Pedófilo é preso no norte do PR

- Mãe de um dos garotos denunciou o caso à polícia
- O acusado agia há dois anos em Campo Mourão

Pelo menos seis crianças foram vítimas de um pedófilo que se passava por dono de uma escolinha de futebol, em Campo Mourão, na região norte do Paraná. O homem, de 30 anos, está preso.

A polícia chegou até ele através da denúncia de uma mãe. Ela foi até a delegacia depois de desconfiar do comportamento do filho, que não quis mais frequentar os treinos.

Após investigações, a suspeita foi confirmada. De acordo com o delegado responsável pelo caso, José Jacovós, o acusado atraía os garotos com presentes.

“Ele prometia chuteiras personalizadas, bolas de

“O pedófilo ganhava a confiança dos pais e atraía as crianças com presentes, como chuteiras e bolas.”

JOSÉ JACOVÓS, DELEGADO

futebol, produtos que os meninos não ganhavam da família”.

O pedófilo chegava, inclusive, a viajar com os meninos para a disputa de torneios pelo estado. A polícia acredita que os abusos aconteciam durante essas viagens.

Em depoimento, o suspeito negou todas as acusa-

ções. A polícia ainda investiga se há envolvimento de mais pessoas no caso.

Escola municipal

O delegado informou que o homem ganhava a confiança das famílias porque a escolinha de futebol ficava dentro de um colégio municipal.

“Ele já agia há dois anos. Com a divulgação do caso, esperamos que mais pessoas nos procurem para denunciar os abusos que ele cometeu”, afirma Jacovós.

A escolinha foi fechada pela polícia. O homem está preso na 16ª Subdivisão Policial de Campo Mourão.

12 JUL 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

STF libera divulgação de salários de servidores na internet

¶ Remuneração dos agentes públicos representa interesse público

Os salários dos servidores públicos federais dos Três Poderes podem ser divulgados enquanto a Justiça não toma uma decisão final. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto, atendeu pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) e suspendeu as liminares que proibiam a publicação dos rendimentos dos funcionários na internet antes do fim do julgamento dos processos sobre o tema.



¶ Presidente do STF Carlos Ayres Britto: transparência da administração

^{STF} Segundo Ayres Britto, a remuneração dos agentes públicos representa informação de interesse público e está relacionada a dois direitos fundamentais da Constituição: o acesso à informação pública e a transparência da atuação da administração. “Para além da simples publicidade do agir de toda a administração pública, [esse princípio] propicia o controle da atividade estatal até mesmo pelos cidadãos”, escreveu o ministro na decisão.

12 JUL 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

TRE corrige informações sobre Ratinho Júnior

Plano de governo havia sido publicado com meia página

O Tribunal Superior Eleitoral informa que deve corrigir ainda hoje as informações sobre o plano de governo de Ratinho Junior no site da Justiça Eleitoral. O documento do candidato a prefeito pela coligação Curitiba Criativa tem 15

páginas e no site foi publicado apenas meia página.

O coordenador de comunicação social do TRE-PR, Marden Machado, esclareceu que, "devido a grande quantidade de dados de candidatos de todo o país, o sistema de pro-

cessamento de dados do TSE está muito lento."

Por isso, explica Marden, "o documento de Ratinho Júnior acabou não sendo publicado na íntegra até agora".

O plano de governo da coligação Curitiba Criativa

entregue ao TRE tem 15 páginas e foi agrupado em seis grandes objetivos integradores: Cidade Segura, Saúde de Verdade, Educação e Cultura Para Todos, Prefeitura Eficiente, Modelo de Cidade do Futuro e Curitiba Bem de Vida.

METRO

Fruet fica sem multa

O TRE reverteu ontem a decisão da juíza Renata Estorilho Baganha, que havia aplicado multa de R\$ 15 mil ao candidato a prefeito Gustavo Fruet (PDT), por suposta campanha antecipada no Facebook.

1 2 JUL 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça absolve
surdo-mudo
acusado roubar
achocolatado

Em audiência na tarde da última segunda-feira (9), a Justiça absolveu, por falta de provas, um jovem surdo-mudo que foi acusado de tentar roubar uma caixa de achocolatado, em Londrina, no Paraná. Em 2007, na época do mal-entendido, ele tinha 19 anos.

TRIBUNA DO PARANÁ

Convenção

Líder comunitário protocola pedido de impugnação da candidatura de Ratinho Júnior e seu vice Ricardo Mesquita

PSC ameaçado

Após questionar os procedimentos da convenção partidária do PSC no dia 30 do mês passado, o líder comunitário Milton Rodrigues protocolou ontem o pedido de impugnação da candidatura de Ratinho Júnior e seu vice, Ricardo Mesquita, no Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Ele alega irregularidades no encontro que definiu os candidatos e reclama que não teve chance de se apresentar como pré-candidato a vice-prefeito.

Além do pedido no TRE, Rodrigues deve iniciar processo na Justiça comum até o final da próxima semana. Para isso, solicitou documentos sobre os procedimentos da convenção, que, de acordo com ele, estariam irregulares. "Encontrei vários erros. É provável que todos os vereadores tenham suas candidaturas impugnadas", disse. Ele aponta a ausência da ata da convenção e a falta da relação com os nomes dos candidatos a vereadores no documento entregue pelo partido à Justiça eleitoral.

O outro lado

A advogada do PSC, Amanda Godoi, afirmou que a convenção foi realizada em conformidade com a legislação e os regulamentos do partido. "Vamos contestar e comprovar que tudo foi feito da forma correta e não há razões para contestações". Disse ainda que toda a documentação sobre a candidatura e a convenção foi devidamente entregue.

A solicitação de Rodrigues é a quarta protocolada no TRE desde que foi aberto o prazo para eventuais pedidos de impugnação. As outras três foram contrárias a Carlos Moraes (PRTB), que teria registrado sua candidatura à revelia do partido. O número de contestações ainda pode aumentar até amanhã, quando termina o período de reclamações.

12 JUL 2012

Reversão

A Corte do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR) reverteu, ontem, a multa de R\$ 15 mil aplicada pela 3.ª Zona Eleitoral de Curitiba ao candidato a prefeito Gustavo Fruet (PDT), por suposta campanha antecipada no Facebook. A ação foi proposta pelo PSB. Na decisão, o juiz Fernando Moraes destaca que as publicidades questionadas não eram ilegais, pois não faziam qualquer menção à campanha.